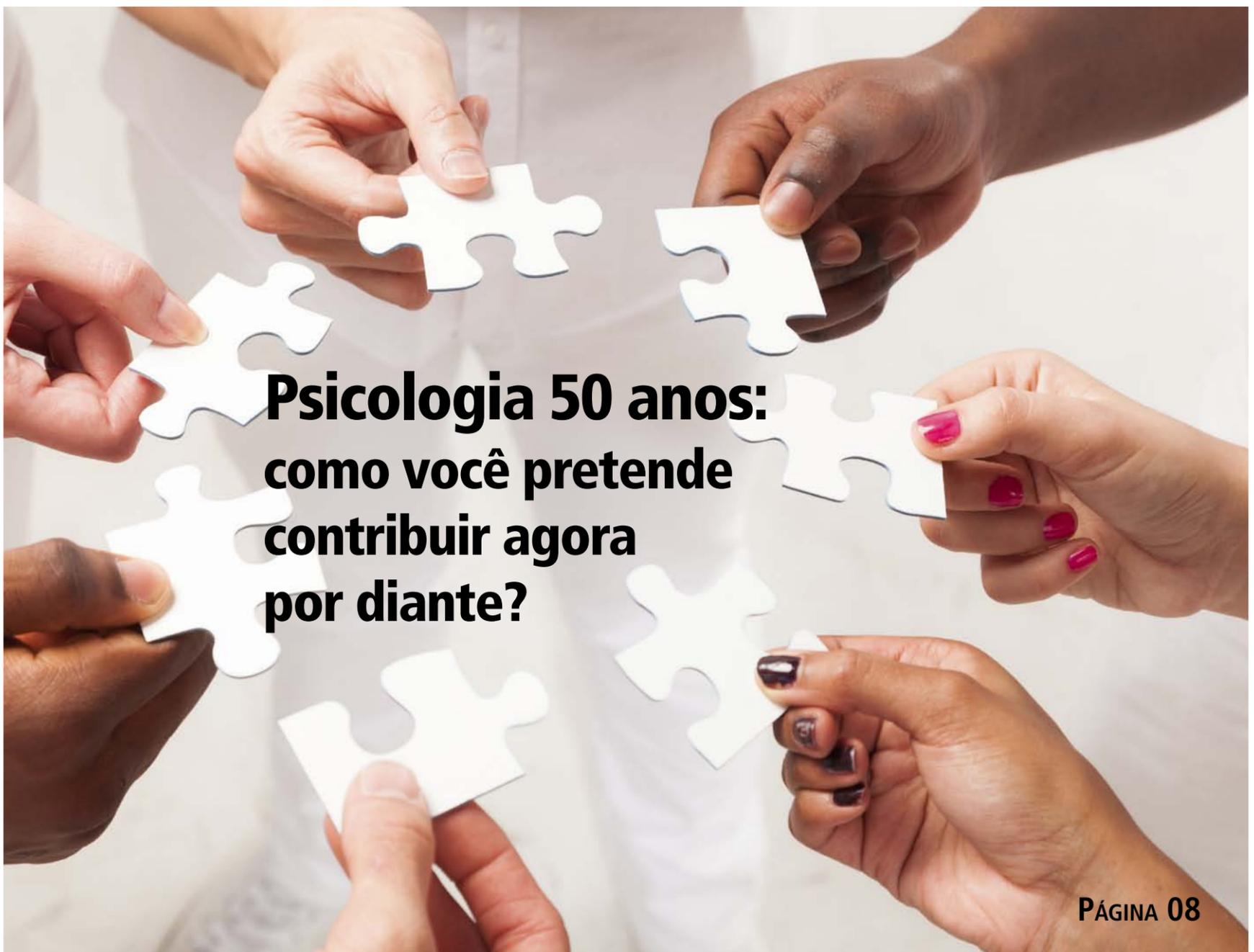




JORNAL CRP 03 BA

www.crp03.org.br



**Psicologia 50 anos:
como você pretende
contribuir agora
por diante?**

PÁGINA 08

**Aconteceu: confira os eventos
que mobilizaram a categoria**

PÁGINA 3

**Artigo I: CREPOP e a promoção
da igualdade racial**

PÁGINA 10

**Moção e nota de apoio às (aos)
quilombolas do Rio dos Macacos**

PÁGINA ?

**Artigo II: COF e a atuação em
Direitos Humanos**

PÁGINA 12

Cara(o)s leitora(e)s:

Em meio às comemorações dos 50 anos de Psicologia no Brasil, chegamos à última edição de 2012 acreditando ter cumprido bem uma missão de grande relevância: procuramos informar, difundir novos conhecimentos e estimular discussões em torno da atuação profissional na Bahia. Neste número, além de uma ampla cobertura de inúmeros eventos organizados pelo CRP-03, apresentamos um conteúdo que envolve desde uma matéria de capa abordando a relação da Psicologia com o compromisso social até uma homenagem póstuma a Caio Flaminio, um dos grandes pioneiros e articuladores da profissão no cenário baiano.

Apresentamos também artigos que tratam da promoção da igualdade racial, um balanço de ações no interior do estado e o foco profissional nos Direitos Humanos. E por falar em Direitos Humanos, o CRP-03 jamais poderia se manter omissa diante do que está acontecendo no Quilombo Rio dos Macacos. Assim, tornamos pública uma moção de apoio às(aos) quilombolas que estão lutando para permanecer em um território reconhecido como remanescente pela Fundação Palmares.

Esperamos que toda(o)s apreciem a leitura e participem com sugestões e suas opiniões.

Até a próxima edição.

Boa leitura.
Equipe de Comunicação

Expediente

O Jornal do CRP-03 é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia da Bahia.

Diretoria:
Valter da Mata (presidente)
Alessandra de Almeida (vice-presidente)
Maria Célia Vaz (tesoureira)
Rosângela Castro (secretária)

Conselheiras (os) efetivas (os):
Carlita Bastos, Jeane Araújo, Kueyla Bittencourt,
Rosângela Castro e Valdísia da Mata

Conselheiras (os) suplentes:
Arneth Peixoto, Carlos Vinícius Melo, Cássia Eugênia Cardoso, Clayton de Almeida, Emmila Di Paula dos Santos, João Martins, Leni Fragoso, Rogério Abílio e Sônia Kader

Comitê Editorial:
Carlos Vinícius Melo, Kueyla Bittencourt,
Helena Miranda e Valter da Mata

Revisão e Coordenação Editorial:
Valter da Mata

Jornalistas Responsáveis:
Gabriela Bastos Ferreira (MTE 3396/BA)
Tom Correia (MTE 3847/BA)

Projeto Gráfico e Produção Editorial:
AG Editora: (71) 3014-4999

Impressão:
Gráfica Santa Rosa: (71) 3172-2121
Tiragem: 6.400 exemplares
Periodicidade: Trimestral

Sede: Rua Professor Aristides Novis, 27
B. Federação | Salvador | Bahia
Tel: (71) 3332-6168 | www.crp03.org.br

Ops, Ato Falho

Na produção do número anterior, cometemos alguns deslizes. Sabemos que "ato falho" evidencia um conteúdo inconsciente, entretanto, para nossa equipe, usar o termo aqui significa também manter o bom humor e o alto-astrol mesmo diante dos equívocos. Como "herrar é humano", pedimos desculpas e corrigimos nossas falhas, prometendo redobrar nossa atenção nas próximas edições.

-Na última edição, página 7, o trecho completo do artigo "Pelo direito a pensar, sentir e agir", de Lygia Viégas (CRP03/3740) é:

"Os primeiros robôs da ficção tinham um conflito: eles eram criados e programados para dar respostas automáticas e objetivas, mas queriam algo vital e complexo. Em algum momento, às vezes por uma falha no sistema, eles passavam a desejar. E desejar algo que lhes era negado: subjetividade. Condenados às respostas previsíveis, revoltavam-se contra a sua natureza de autômato. Humanizar-se, sua aspiração maior, significava sentir angústia, tristeza, amor, raiva, alegria, dúvida e confusão. Os robôs da modernidade queriam, portanto, a vida – com suas misérias e contradições. Ao entrar em conflito e ao desejar, os robôs já não eram mais robôs, mas um algo em busca de ser. Um ser humano, portanto (...) Hoje, a pós-modernidade nos encontra em uma situação curiosa: os humanos querem se tornar robôs. Cada vez um número maior de pessoas se oferece em sacrifício, imolando sua vida humana, ao deixar-se encaixar em alguma patologia vaga do manual das doenças mentais e medicalizar o seu cotidiano para se enquadrar em uma pretensa normalidade".

Índice

- 03 **Aconteceu**
- 07 **Cominter**
- 08 **CAPA**
- 10 **Artigo - CREPOP**
- 12 **Artigo - COF**
- 13 **Dicas de leitura**
- 14 **Perfil**
- 16 **Agenda**

Mensagem das (os) leitoras (es)

Psicóloga (o) envie-nos um email e indique sugestões para o Jornal do CRP-03. Você também pode opinar sobre textos já publicados. Nosso contato: jornal@crp03.org.br.

Fique por dentro do que aconteceu na área da Psicologia nos últimos meses.



GTPE realiza série de eventos no Conselho

O Grupo de Trabalho de Psicologia e Educação (GTPE) do CRP-03 promoverá uma série de eventos no Conselho durante o ano de 2012. O primeiro encontro chamado de I Ciclo de Debates, realizado em abril deste ano, teve como proposta discutir a formulação de princípios e orientações para a atuação de psicóloga(o)s em políticas de educação básica, a partir da pesquisa do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) produzida sobre o tema. Em maio, o GTPE organizou o II Ciclo de Debates com o tema Políticas Educacionais: Legislação, formação profissional e participação democrática e teve como mediadora a psicóloga especialista em Psicomotricidade Clínica e Educacional, mestre em Artes Cênicas, Luciana de Mattos Dias. Aguarde informações dos próximos encontros no nosso Boletim Eletrônico ou entre em contato com o GT através do e-mail: gtpe@crp03.org.br.



"Política Estratégica da Defesa Civil para a Cidade de Salvador" é tema de palestra no CRP-03

O Grupo de Trabalho Psicologia das Emergências e Desastres do CRP-03 (GTPED), em parceria com o Grupo de Riscos Ambientais e Urbanos (GRAU-UFBA), organizou o evento de tema "Política Estratégica da Defesa Civil para a Cidade de Salvador", em 9 de maio deste ano, no auditório do Conselho. O palestrante convidado foi o Subsecretário para Assuntos da Defesa Civil, Osny Bomfim que falou, dentre outros assuntos, sobre a missão da Defesa Civil de promover a segurança global da população através da redução de desastres no município de Salvador, suas fases de atuação como: ações de prevenção e preparação, ouvidoria técnica, monitoramento das áreas de risco, análise de cenários para eventos e etc.



ABEP e coordenadora(e)s de curso discutem diretrizes curriculares



"As pessoas investem tempo, dinheiro e energia para concluírem seus estudos e merecem o respeito das instituições de ensino". Foi desta forma que Ângela Soligo, presidenta da associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), iniciou a conversa com dezenas de coordenadora(e)s de curso de universidades públicas e faculdades privadas do estado da Bahia. Durante o encontro na sede do CRP-03, no dia 19 de maio passado, além dos desafios enfrentados no dia-a-dia do ambiente acadêmico, as(os) psicólogas(os) levantaram questões em torno da terceirização das formações e como a Psicologia está sendo ensinada em outras áreas.

I Simpósio Internacional e I Simpósio Baiano Medicalização da Educação e da Sociedade é realizado em Salvador

O Fórum sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade Núcleo Bahia, em conjunto com a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED-UFBA) organizaram o I Simpósio Internacional e I Simpósio Baiano Medicalização da Educação e da Sociedade: Ciência ou Mito, entre 29 e 31 de maio de 2012, no auditório Oxalá do Centro de Convenções da Bahia. O evento, que contou com a parceria do CRP-03 e faz parte das comemorações dos 50 anos da Psicologia no Brasil teve mil e trezentos participantes inscritos de diversas áreas profissionais como Educação, Enfermagem, Farmácia, Fonoaudiologia e Psicologia vindos de vários estados do país como Espírito Santo, Maranhão, Paraíba entre outros. Segundo Maria Izabel Ribeiro, membro da Comissão Organizadora do Simpósio, o evento aconteceu para fortalecer as discussões sobre o assunto no estado: "o encontro tem a proposta de mobilizar a sociedade, a(o)s profissionais da área de saúde e educação sensibilizando e, ao mesmo tempo, transmitindo conhecimentos relacionados a essa perspectiva".

Durante o Simpósio foram discutidos diversos temas como: "Medicalização do comportamento e da aprendizagem: o obscurantismo reinventado", "Práticas de superação da lógica medicalizante na educação", "Direitos Humanos e Políticas Públicas medicalizantes de educação e saúde", "Medicalização da atenção e do comportamento: discutindo o TDHA", "Dislexia: um suposto transtorno de aprendizagem" e "Fórum sobre a medicalização da Educação e da Sociedade ForumAdd". Além disso, houve uma exposição de livros da área Educação e Saúde na perspectiva da crítica à medicalização.



Coletivo organiza 5ª Parada do Orgulho Louco em Salvador

O Coletivo da Luta Antimanicomial da Bahia, juntamente com outras entidades como o CRP-03, o Núcleo de Estudos pela Superação dos Manicômios (NESM), Grupo de Trabalho Eduardo Araújo (GTEA) e da Associação Metamorfose Ambulante de usuários e familiares do sistema de saúde mental do estado da Bahia (AMEA) organizou a 5ª Parada em Movimento do Orgulho Louco com o tema "Ainda que lhe incomode as drogas, Internação Compulsória não é a solução. Cuidar sim, excluir não!", em 19 de maio, no Farol da Barra, para marcar o Dia da Luta Antimanicomial, comemorado no dia 18 do mesmo mês. Além de uma feira de artesanato com objetos produzidos nas oficinas dos



FOTO: GABRIELA BASTOS

CAPS, a(o)s participantes da Parada foram expectadora(e)s de apresentações musicais, de grupos de palhaço(o)s e rodas de samba. Algumas (alguns) usuária(o)s dos serviços de saúde mental e outra(o)s apoiadora(e)s do movimento também aproveitaram a oportunidade para se manifestar a favor da Reforma Psiquiátrica, expor a situação difícil que os CAPS se encontram entre outros assuntos relacionados ao sistema de saúde mental. 📍

Psicóloga(o)s discutem a violência no contexto do trânsito em Salvador

Seminário debateu questões relativas a um tema que diz respeito a toda(o)s. Entre 2000 e 2010, foram registradas mais de 17.600 mortes em acidentes nas vias públicas e estradas baianas, aumentando em 87% as ocorrências.

Texto e foto: Tom Correia

No último 21 de julho, profissionais e estudantes se reuniram durante o seminário "Psicologia do Trânsito: em trânsito pelo Brasil", realizado no campus da Faculdade de Tecnologia e Ciências na capital baiana. Contando com a presença de um público que ocupou completamente o auditório, o evento discutiu a atuação da(o) psicóloga(o) no setor, desde a avaliação para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação até questões relativas a políticas públicas e marcos regulatórios brasileiros.



Entre os palestrantes, havia especialistas e representantes de órgãos de trânsito do estado e do município. A mestre e doutoranda em Psicologia Social, Ingrid Luiza Neto, apresentou um histórico da Psicologia do Trânsito no Brasil e no Mundo, além de abordar os marcos regulatórios. "Cada vez mais estamos sendo convocados a participar das questões do trânsito e precisamos estar preparados para fazer muito mais do que avaliação psicológica", alertou. Já a psicóloga Maria Caroline Ribeiro falou sobre a Psicologia de Trânsito na Bahia e a presença atuante de profissionais no Detran. "Precisamos pensar nossa função para além da condição de avaliadoras(es), mas também como construtoras(as) de uma nova mentalidade

entre os condutores de veículos", afirmou.

Estatística cruel - Os números são cada vez mais preocupantes e as principais causas são conhecidas. Frota cada vez maior nas ruas, imprudência e direção combinada com uso de álcool resultam em vítimas fatais em todo o país. As estatísticas são implacáveis quando se estuda um assunto com dimensões dramáticas. Segundo o Mapa da Violência 2012 do Instituto Sangari, apenas na Bahia 17.686 pessoas morreram em consequência de acidentes no trânsito. No Brasil, somente em 2010 estima-se que 41 mil mortes tenham sido provocadas por diversos tipos de ocorrências graves. Foi pensando em incluir na pauta de discussões um tema que diz respeito a toda sociedade, que o Conselho Federal de Psicologia idealizou o seminário de forma inédita.

Em Salvador, o evento contou com o apoio do DETRAN, CETRAN, PATRAMH (Psicólogos Associados do Trânsito e Mobilidade Humana) e do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, por meio de sua Comissão de Mobilidade, uma das primeiras a serem instaladas nos conselhos regionais do país. 📍

Atuação da(o) psicóloga nas Emergências e Desastres é tema de evento no CRP-03

Com mais de 60 inscrita(o)s, o evento "A atuação da(o) psicóloga(o) na área de Emergências e Desastres" foi realizado no auditório do Conselho, em 14 de julho de 2012. As discussões passaram por diversos assuntos como: conceito de desastres e seus tipos, histórico da Psicologia nesta área, fatores que interferem nas reações dos indivíduos diante de uma situação de emergência e desastre, entre outros. A coordenadora do Grupo de Trabalho de Psicologia de Emergência e Desastres do CRP de Minas Gerais (CRP-04), Renata de Miranda (CRP-04/20397), foi quem ministrou as palestras.



FOTO: GABRIELA BASTOS

I Encontro Diálogos em Psicologia e Direitos Humanos e II Curso de Direitos Humanos lota auditório da Politécnic

A Comissão de Direitos Humanos do CRP-03 (COMDH) promoveu o I Encontro Diálogos em Psicologia e Direitos Humanos e II Curso de Direitos Humanos, nos dias 27 e 28 de julho deste ano, no auditório da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O evento fez parte das comemorações dos 50 anos da Psicologia e também é preparatório para o VIII Congresso Nacional da Psicologia. A abertura do encontro ficou por conta da Mesa Institucional formada por Alessandra Almeida (vice-presidenta), Carlos Vinícius (conselheiro da Comissão de Direitos Humanos), Jeane Araújo (conselheira da Comissão de Ética) e Helena Miranda (psicóloga fiscal integrante da Comissão de Orientação e Fiscalização). As falas ressaltaram a importância da interface da Psicologia com os Direitos Humanos no exercício da profissão, na ética e orientação profissional. Logo depois foi formada a mesa temática da Campanha Nacional de Direitos Humanos "Em nome da proteção e do cuidado, que formas de exclusão e sofrimento temos produzido?", com a participação do Coordenador da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Pedro Paulo Bicalho.

FOTO: GABRIELA BASTOS



Segundo dia: auditório lotado, temas amplos e plateia participativa



FOTO: DEIAN DOS SANTOS

Vidal falou sobre as contribuições da Psicologia para os atingidos por barragens, deslocamentos compulsórios e relações com a terra.

Outra presença de destaque foi a da comissão de moradores do Quilombo Rio dos Macacos, localizada dentro da Base Naval de Aratu. Reconhecida como área de reserva quilombola pela Fundação Palmares, a comunidade vem sofrendo uma série de ameaças e truculência por parte da Marinha do Brasil que exige a saída das famílias. Rosi Meire dos Santos, representante do Quilombo, fez denúncias que incluíam desde agressões até homicídios em decorrência de atos violentos. "Eles [soldados da Marinha] não deixam a gente receber atendimento nem do SAMU e somos ameaçados de morte o tempo todo. Entre 2009 e 2012 seis pessoas já morreram, inclusive com relatos de assassinatos de companheiros nossos", denunciou. Em seguida, foi lida uma nota de apoio ao Rio dos Macacos assinada pelo CRP-03, que também emitiu uma moção em solidariedade à luta dos moradores para permanecerem no local.



Comissão de Saúde organiza minicurso

FOTO: GABRIELA BASTOS



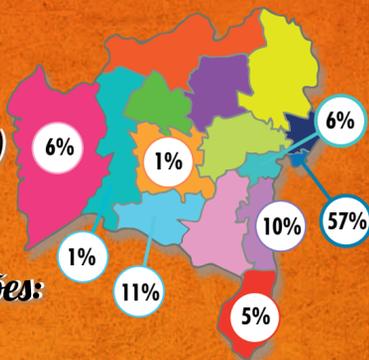
A Comissão de Saúde do CRP-03 organizou o Minicurso de Aperfeiçoamento Profissional com o tema "O saber-fazer da Psicologia em Saúde Mental", nos dias 20 e 21 de julho de 2012, no auditório do CRP-03. As discussões foram sobre três temas: O saber fazer: saúde mental na infância e juventude; na velhice; e na vida adulta. Todas as vagas oferecidas pela organização foram preenchidas e a Comissão já está pensando na 2ª edição do minicurso. O evento fez parte de uma série de outros encontros preparatórios para o VIII Congresso Nacional da Psicologia agendados para o ano de 2013.



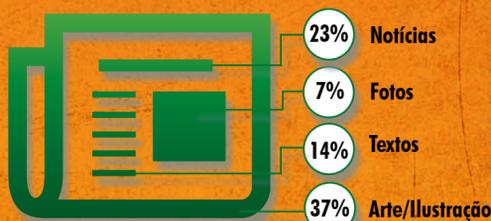
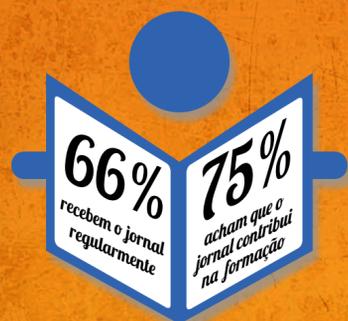
O CRP-03 perguntou e vocês responderam:



Nossas (os) psicólogas (os) pesquisados pertencem às seguintes regiões:

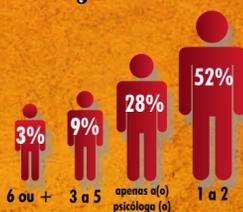


As principais mudanças percebidas foram:



Sendo que **47%** das atenções se voltam para **O TEXTO**

O número de pessoas que lêem o Jornal CRP-03



das quais **37%** fazem parte da família



Para **23%** dos nossos entrevistados Psicologia Clínica é um tema que eles gostariam de ler no jornal



Sobre o site



70% acham que o conteúdo das notícias atendem sua necessidades de informação

e 76% acessam o site do CRP



58% consideram o site do CRP-03 fácil de navegar, e acham rápido o que estão procurando

Confira a pesquisa na íntegra no site do CRP-03!

Comissão de Interiorização, um pequeno passo na reafirmação constante do compromisso social da Psicologia.

EMMILA CARVALHO (CRP03/5427)

Estamos em 2012 e a Psicologia brasileira comemora cinquenta anos de regulamentação profissional, reafirmando seu compromisso social e agora também, engajando-se na busca pela construção do bem comum. Como não poderia deixar de ser resgatamos, neste ano, as miríades dessa história não nos atendo somente às comemorações, contudo focando as limitações e o arcabouço de necessidades que se interpõem em nosso fazer, para continuarmos permitindo que essa história continue sendo construída de maneira crítica e compromissada socialmente.

Não são poucos os estudos, projetos, atuações e produções que tentam unir os ideais de comemoração e reflexão nos 50 anos da Psicologia e, analisando o que temos produzido, as ações que temos iniciado, não poderíamos furtar-nos de lembrar que também dentro do Sistema Conselhos lutamos pela igualdade, pelos Direitos Humanos, pelo direito de que tanto a categoria profissional quanto a sociedade tenham acesso às vastas discussões da Psicologia e acreditamos que, a Comissão de Interiorização – COMINTER – configura-se como instrumento para alcançar tais propósitos e como um dos espaços mais democráticos no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia.

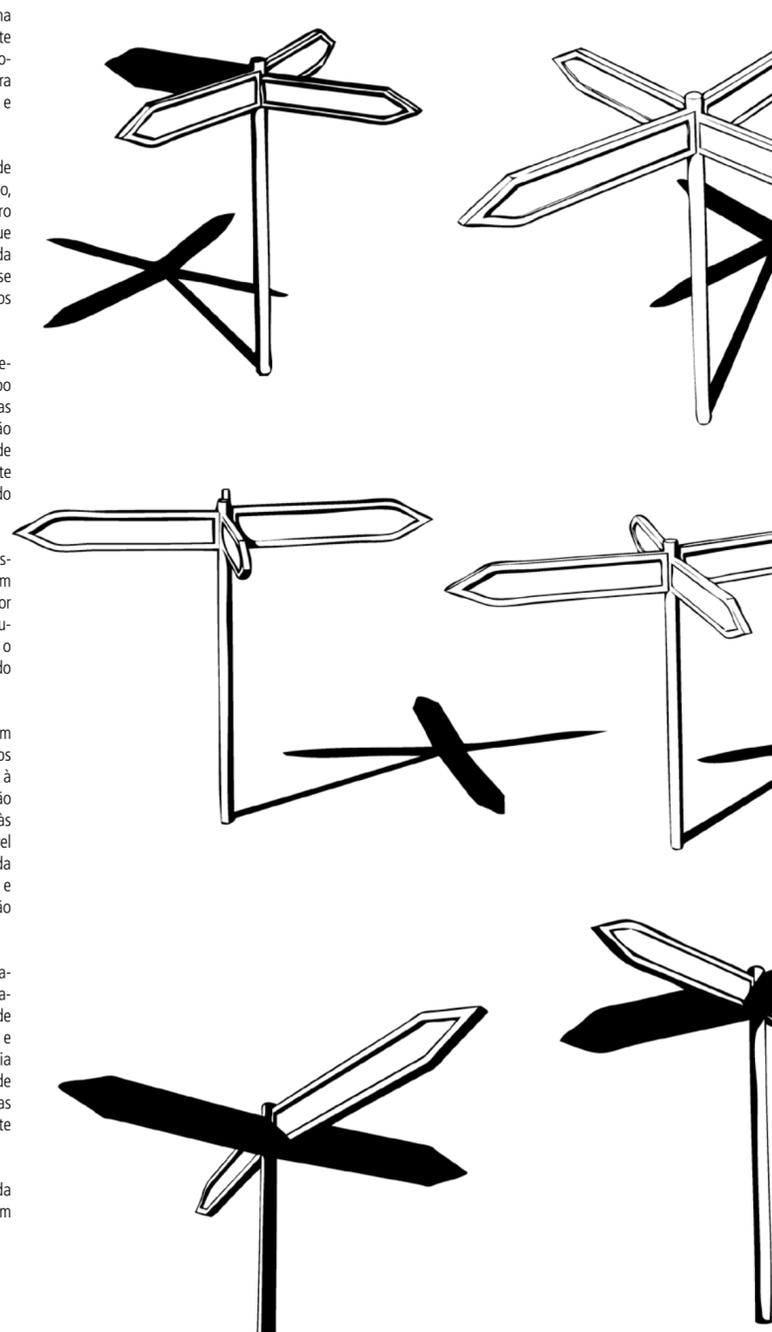
A COMINTER tem o objetivo de integrar profissionais que atuam e/ou residem no interior, possibilitando sua participação nas ações desenvolvidas em âmbito nacional no campo da Psicologia; bem como estruturar as Subsedes do CRP03. A implantação de estratégias de regionalização e interiorização trata-se de uma deliberação do VIII CNP, mas a opção em criar e implementar a COMINTER, abraçando a causa da interiorização como prioridade é uma ação peculiar ao CRP03, de maneira que além deste CR, apenas um dentre os vinte Conselhos Regionais da Psicologia, mantém Comissão de Interiorização e um segundo mantém um GT de Interiorização (dados pesquisados nos sites virtuais de cada CRP).

Defendemos que a COMINTER trata-se de um grande passo para que possamos construir uma Psicologia melhor, pois acreditamos que pelo compromisso de tal ciência com as realidades sociais, pela criação e implementação de diferentes políticas públicas e por outras ações focais, o interior tem se tornado cada vez mais, um espaço profícuo de atuação. Na Bahia, por exemplo, das aproximadamente 6.366 inscrições de pessoa física o equivalente a mais de 38%, (2.452 inscrições) da(o)s profissionais residem no interior do Estado. Os dados, por si só, revelam a importância da COMINTER.

Por isso necessitamos de vários braços, ensejando que os objetivos da COMINTER sejam alcançados e que possamos levar a Psicologia de uma maneira cada vez mais efetiva, "aos quatro cantos da Bahia", por meio de espaços de discussões, ações voltadas à categoria e à sociedade e participação de tais públicos nos diferentes eventos e espaços de mobilização do CRP03. Em 2012 é, portanto imperioso que lembremos a COMINTER, atentando-nos às dificuldades que se interpõe e aos resultados que já temos alcançado, como a inestimável colaboração e trabalhos árduos, apesar de honoríficos, das Comissões Gestoras de cada subseção do CRP 03, formadas por membros que também acreditam na interiorização e na possibilidade de transformação social que psicóloga(o)s podem forjar em sua atuação diária.

A COMINTER pretende continuar o seu trabalho com afincado enfrentando as adversidades, considerando as opulências e agradecendo às principais mãos que permitem a materialização de nossos propósitos e constituem a Comissão de Interiorização: na subseção Chapada Kueyla Maia; na subseção extremo sul Adrienne Botelho, Eleandra de Souza e Rozana Fonseca; na subseção oeste, Eric Gamaliel Vieira, Fabiana Sousa, Isnanda Glécia Ferreira, Patrícia Pires e Thyara Campos; na subseção Recôncavo Carmelite Silva, Ivaneide Santos e Marcelle Guimarães; na subseção Santa Cruz, Everaldo Lauritzen, Silvana Dantas e Terezinha de Queiroz; na subseção São Francisco, Gilvanna Nunes na subseção Sudoeste Daniela Aquino, Luciana da Silva, Luciana Pires.

A nossa caminhada é longa e árdua, mas participamos da escrita de uma história cada vez mais vitoriosa para a Psicologia e o nosso ideal. Parabéns àquela(s) que contribuem dia a dia para a consolidação e desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão.





O futuro social de uma profissão

No ano em que completa meio século, a Psicologia ainda busca caminhos que conduzam a transformações sociais cada vez mais efetivas nas próximas décadas

Texto: Tom Correia

Colaboração: Emmila Carvalho (CRP 03/5427)

O ano era o de 1962. O mundo vivia as tensões da Guerra Fria e o Brasil já apresentava os primeiros sinais de golpe no ar. Foi numa época de mudanças drásticas e turbulência política que a Lei 4.119 foi promulgada, regulamentando a profissão e fazendo surgir cursos de Psicologia em todo o país. Também surgiram as associações científicas, aumentando o campo de atuação da(s) primeira(s) profissional(is). Com os avanços na área da Psicologia Organizacional e a crescente credibilidade na Educação, a área foi se sedimentando como ciência e profissão de destaque num país onde as assimetrias sociais remontam à colonização.

Por mais que a mídia destaque o aumento da expectativa de vida e do poder aquisitivo do cidadão brasileiro, não é possível que uma categoria de tanta relevância social ignore os baixos índices de Desenvolvimento Humano, a mortalidade infantil, a população carcerária, o analfabetismo, a concentração de renda e a Psicologia não se abstém de buscar oferecer sua contribuição a estas realidades sociais. Há quem aponte a atual configuração do Sistema Conselhos e a vasta amplitude em que atuam psicólogo(a)s de várias especialidades, como inegáveis avanços que a categoria alcançou em 50 anos de atuação, entretanto, para Ana Bock uma das vozes mais ativas ao analisar a atual atividade profissional no Brasil, a opção da Psicologia pela realidade social é recente. Antes, enquanto ciência, ela explicava o humano sem considerar o contexto sociocultural e econômico.

O processo de transformação da Psicologia no Brasil foi longo e aos poucos foi se rami-

ficando em um país com deficiências estruturais no campo social. No final da década de 1970, surgiram os sindicatos e os conselhos regionais, visando a Psicologia como instrumento a serviço da sociedade. Já na década de 1980, com abertura de campo de trabalho no sistema público de saúde foi necessária a adaptação da Psicologia para atender às necessidades da população. Fatores como o surgimento da Psicologia Comunitária, a democratização do país, os movimentos sociais e grevistas, fizeram com que psicólogo(a)s

de todo o país passassem a questionar seu vínculo com a sociedade. Hoje, apesar das conquistas, há ainda um longo caminho a ser percorrido. Graduando do 7º semestre da Faculdade Ruy Barbosa, Raphael Jende, acredita que uma das grandes dificuldades para quem se dedica à Psicologia Social desde a graduação é o interesse das(os) estudantes ser muito voltado para o aspecto financeiro. “A falta de estágios remunerados faz com que a gente perca grandes oportunidades de atuação em Psicologia Social e isso, de modo geral, nos afasta das populações de renda mais baixa. Acho que precisamos conquistar essa aproximação nos próximos anos”, afirma.

Raphael Jende

Atualmente a importância da Psicologia na vida cotidiana das pessoas pode ser avaliada pelos números expressivos da 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia a ser realizada entre 20 e 22 de setembro em São Paulo (ver box). Doze anos após a 1ª Mostra, o volume dos trabalhos inscritos em quase 20 áreas de atuação, demonstra o quanto a categoria evoluiu no sentido de se auto-reconhecer como participante ativa na configuração social do país. Entretanto, a aproximação com a comuni-

dade e o acesso da população aos serviços de Psicologia, exige um esforço conjunto mais amplo, podendo materializar-se por meio do desenvolvimento de políticas públicas (PP's), que contem com a atuação da(o) psicólogo(a).

Além do horizonte

Após meio século de uma presença que se acentuou em forma de intervenções cada vez mais impactantes, o futuro que se descortina acena para outras fronteiras. Na opinião do diretor da ONG Safernet, Rodrigo Nejm (CRP 03/3745), o grande desafio para a Psicologia nos próximos anos é acompanhar o ritmo veloz das mudanças na subjetividade contemporânea trazidas pela tecnologia. “Considerando que vivemos nos últimos anos mudanças radicais em termos de estruturas sociais e configuração da sociedade, diante de uma acelerada transformação tecnológica presente na vida das pessoas, exercendo um papel de mediador nas relações com o mundo, obrigatoriamente a Psicologia vai precisar se apropriar desses dispositivos”, prevê.

No artigo “Humilhação social – um problema político em Psicologia”, o professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, José Moura Gonçalves Filho, afirma que a humilhação é uma modalidade de angústia que se dispara a partir do enigma da desigualdade de classes. “Para os pobres, a humilhação ou é uma realidade em ato ou é frequentemente sentida como uma realidade iminente, sempre a espreitar-lhes, onde quer que estejam, com quem quer que estejam. O sentimento de não possuírem direitos, de parecerem desprezíveis e repugnantes, torna-se-lhes compulsivo: movem-se e falam, quando falam, como seres que ninguém vê”, complementa.

Se uma categoria que é composta atualmente por 150 mil profissionais deseja realmente bater de frente com assimetrias sociais que atingem um país de 200 milhões de habitantes, será preciso moldar sua identidade de maneira definitiva e majoritária: um perfil inquieto, contestador e sobretudo atento às demandas da(o)s oprimida(o)s. ☹

OS NÚMEROS DO CREPOP

Entre 2010 e 2011, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do CRP-03 realizou uma série de pesquisas em cidades baianas com mais de 100 mil habitantes. Dados referentes à atuação de Psicólogo(a)s dizem respeito à realidade encontrada na época em que foram feitos os estudos. Até 2010, só eram pesquisados os serviços públicos, não incluindo os que eram realizados por outros setores e financiados pelo governo. Antes também eram produzidas pesquisas sobre os serviços (CAPS, CRAS, Hospitais, etc). Já a partir de 2011, as pesquisas passaram a ser conduzidas de acordo com a política desenvolvida, contemplando temas transversais. Conheça mais: <http://crepop.pol.org.br>

2ª Mostra é parte das comemorações do cinquentenário da profissão

A 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia faz parte das comemorações dos 50 anos da Psicologia como profissão no Brasil. Ela vai ocorrer doze anos depois da 1ª Mostra (Psicologia e Compromisso Social), evento que foi um marco no processo de auto-reconhecimento da riqueza, grandeza e diversidade da atuação da(o)s psicólogo(a)s brasileira(o)s. Desta vez a programação irá além da apresentação de práticas profissionais. Haverá espaço para que psicólogo(a)s debatam seu trabalho e possam criar articulações para seguir fortalecendo as diferentes áreas em que atuam. O evento será um grande espaço de intercâmbio sobre as práticas que estão sendo construídas e validadas todos os dias em todo o Brasil. A 2ª Mostra acontecerá entre 20 e 22 de setembro de 2012, no Anhembi, em São Paulo-SP.



MOÇÃO DE APOIO AO QUILOMBO RIO DOS MACACOS*

Salvador, 16 de julho de 2012

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA BAHIA – CRP/03 e o GRUPO DE TRABALHO PSICOLOGIA e RELAÇÕES RACIAIS (GTPRR), pertencente à COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS (CDH) desta mesma autarquia, por meio desta Nota Pública apoiam a permanência da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos em seu território de origem, no qual vivem há mais de um século, e repudiam os atos de violação dos Direitos Humanos sofridos pela mesma.

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 assegura o reconhecimento e emissão do Título de propriedade definitiva das terras ocupadas pelos Quilombolas e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) garante os seus direitos territoriais. Assim, a Comunidade recebeu a Certidão de Auto Reconhecimento Quilombo Rio dos Macacos pela Fundação Cultural Palmares e a produção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTID) está em processo de elaboração pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Apesar do processo administrativo para o reconhecimento e titulação dessas terras e de todas as garantias legais asseguradas aos Quilombolas, a Marinha do Brasil ingressou com Ações Reivindicatórias, estabelecendo-se o último prazo para cumprimento da decisão judicial de desocupação do território o dia 1º de agosto do ano corrente. ¹ Além disso, a Comunidade Rio dos Macacos tem sofrido constantes violações em seus direitos como o cerceamento da locomoção, dificultando o acesso à saúde e à educação; a proibição de realizar atividades de pecuária, agricultura e pesca artesanal; a ausência de energia elétrica, saneamento básico e água potável; o fechamento e destruição de terrenos de candôblê, dentre outros.

O respeito ao reconhecimento da Comunidade como remanescentes de Quilombolas é o que se pleiteia. Não podemos mais assistir impassíveis e resignada(o)s a diárias e repetidas perdas e violações à população negra que, em nosso estado e país, continua a viver sobre as piores condições materiais e a sofrer os piores impactos reais e psicológicos à sua integralidade, personalidade e identidade!

VALTER DA MATA FILHO
Conselheiro Presidente do CRP03
(CRP 03/1990)

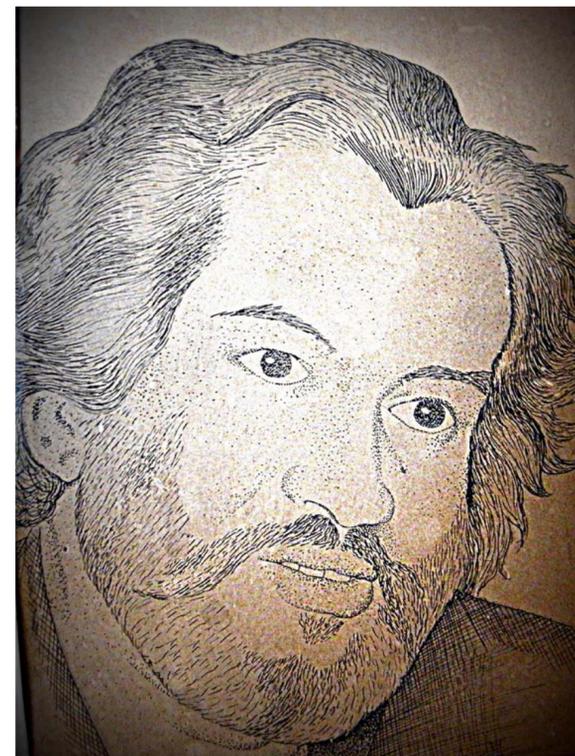
CARLOS VINICIUS MELO
Conselheiro Coordenador da CDH
(CRP 03/6732)

CAROLINA DE OLIVEIRA SANTOS
Coordenadora do GTPRR
(CRP 03/8943)

¹ A Reintegração de posse, marcada para acontecer dia 1º de agosto foi suspensa após a reunião de negociação que aconteceu em Brasília, no dia 31 de julho de 2012, com a(o)s diversa(o)s autora(o)s envolvida(o)s no conflito e o Governo Federal. Nesta reunião foi acordado que não haveria reintegração até a data da próxima reunião para busca de um consenso. Entretanto, o Juiz da 10ª Vara da Justiça Federal da Bahia determinou, no último dia 03 de agosto, a desocupação do território, no prazo de 15 (quinze) dias, a despeito de todo processo de negociação entre o Governo, a Comunidade e a Marinha do Brasil.

*Visualizar Nota de Apoio completa: www.crp03.org.br

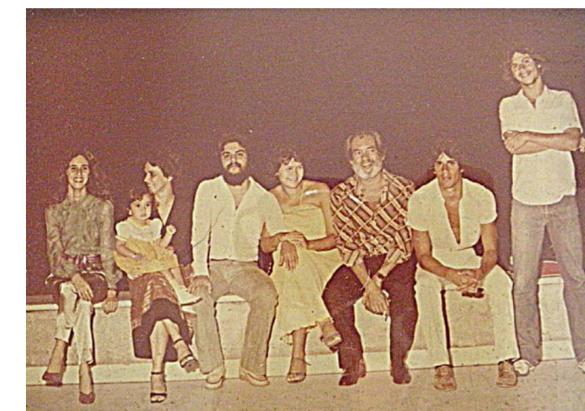
Caio Flaminio de Carvalho (CRP-03/001)
In memoriam



O projeto não foi à frente. Além da pobreza extrema, o pai morreria tendo como testemunha o garoto, então com 14 anos. Todas essas privações e perdas deixariam marcas profundas no homem que se tornaria o professor talentoso que venerava a mãe e o pai do conto de fadas, mas que se ressentia de um apogeu dos fazendeiros que ele não chegou a conhecer. Caio foi estudar em Fortaleza, morando com um tio paterno e ao concluir o equivalente ao ensino médio, veio para Salvador. Trazia apenas pouquíssimas roupas, mas com altas recomendações de seus professores para tentar admissão no curso de Filosofia da Universidade Federal da Bahia. Era o começo de uma retumbante trajetória. Sua atuação excepcional nas provas orais causou tanto impacto entre a comunidade acadêmica que ele se tornou famoso de modo instantâneo. Anos mais tarde, conheceria o psiquiatra Nelson Pires (1910-1994), catedrático na Faculdade de Medicina da UFBA e que se tornaria um dos seus maiores admiradores. Pires o adotaria intelectualmente, exercendo grande influência sobre ele na condição de interlocutor privilegiado e ampliando ainda mais sua visão de mundo.

Vida em Salvador

A pianista clássica Phil Moreno, 79, e Caio se conheceram na balastrada do Farol da Barra em 1952, época em que rapazes e moças se avaliavam à distância. Ela o observava para uma amiga, aluna do já famoso professor, mas a coisa tomou outros rumos. Ele terminaria se apaixonando pela "olheira": ligou no mesmo dia e, em dois anos, estavam casados, união marcada por grandes ausências, intervalos de idas e vindas que se estenderam até 13 anos de separação entre 1986 e 1999. "Quanto mais nos amávamos, mais nos desentendíamos, o machismo naquela época era muito presente. Ele era ambivalente em relação a mim. Meus valores são diferentes. Ele não admitia a quebra de regras, queria alguém que lavasse e passasse suas roupas e eu fui tudo, menos dona do lar", relembra com bom humor. Ainda para dona Phil, o marido tinha verdadeira fascinação pelas mulheres e conhecia a alma feminina como poucos, o que fazia dele um exímio sedutor. Além de ter uma vida boêmia, Caio não era uma pessoa fácil de se relacionar, tinha muita dificuldade para lidar com sua parte emocional, talvez, segundo sua viúva, pelo conflito de ter sido muito pobre e atormentado pela lembrança de suas dificuldades e da ausência paterna.



Conquistas: das dificuldades na infância no Maranhão à formação de uma família na Bahia e atuação profissional de destaque.

Saúde em declínio

A partir dos 68 anos, Caio sofreu uma sequência de quatro AVC's que tiraria todo seu brilhantismo e vigor. Aos poucos, teve de abandonar outra de suas grandes paixões: a pesca. Ele sempre esteve à beira do mar ou de um rio, hábito sagrado que terminou passando para os filhos e netos. Era um dos momentos em que mergulhava em si mesmo para retomar o contato com as suas origens indígenas, força vital que moldou sua personalidade inapta para lidar com as coisas práticas, como dinheiro e bens. Suas maiores ambições materiais era sentir a terra e o mar por perto.

Entretanto, do menino faminto ao humanista que se tornaria uma das maiores referências de sua área, ele se negou a tudo que sua vaidade intelectual não permitia, como se submeter à formação de Psicanalista, por exemplo. Encantado com Freud foi seu discípulo fiel ferrenho. Mas a vida brilhante sempre andou lado a lado com a polêmica. Tantas as divergências inconciliáveis que, ao final de sua vida, não havia amigos ao redor. Após os AVC's, seria diagnosticado com um câncer ósseo que o devastaria, até que no último 23 de abril, viria a falecer deixando quatro filhos, nove netos e três bisnetos. Além da família, a cerimônia de sua cremação teve apenas presença de amigos de sua viúva.

Entre os diversos painéis de fotos que Phil guarda em casa, há uma imagem que se sobressai. Uma pintura feita pelo amigo Foca Mendonça retrata Caio Flaminio quando tinha trinta e poucos anos, em que seus traços físicos remetem à miscigenação rejeitada pelo avô paterno. "Caio foi um índio que conseguiu tudo vindo do nada, mas que terminou virando um próprio sol que se auto-consumiu. Ao longo da minha vida já convivi com muitas pessoas brilhantes, mas jamais conheci alguém com uma inteligência tão acima da média como a dele", afirma.

O grande curumim

As origens do professor exuberante, ativista irreverente e pioneiro que deixa como maior legado o reconhecimento do curso Psicologia na UFBA

TEXTO: TOM CORREIA
FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

Nos anos 1960, um grupo se empenhava para o estabelecimento do curso de Psicologia em Salvador. Nomes como João Mendonça, Mercedes Carvalho se reuniam na Faculdade de Filosofia, formando um núcleo que seria fundamental para o que a ciência e a profissão representam hoje para a sociedade. Dentre tantos pioneira(o)s de atuação destacada, Caio Flaminio de Carvalho é um dos que mais contribuíram para a sedimentação de uma área então incipiente. Tanto que ele detinha o registro número 1 do CRP-03. Para a ex-aluna e amiga Gildete Carvalho (CRP 03/xxx), ele foi de extrema importância para a Psicologia na Bahia. "Além de apoiar e acolher a(o)s primeira(o)s profissionais que introduziram a Psicanálise na Bahia, ele foi um professor brilhante. Seu maior legado foi ter trabalhado exaustivamente pelo reconhecimento do curso de Psicologia na UFBA, uma herança social do mais alto nível que até hoje é uma referência", destaca.

De senso de humor apuradíssimo, Caio não perdia a oportunidade de fazer piadas irônicas envolvendo uma situação e dentro da sala de aula era uma estrela máxima. A(o)s aluna(o)s se deixavam envolver pela oratória e conhecimento vasto do mestre, fiel admirador de Freud. Mas quem via o homem alto, bem estabelecido, que se vestia bem e se orgulhava pelo fato de ter aprendido sozinho inglês, francês e italiano, não desconfiava para chegar até aquela condição, sua história de vida tinha lances de verdadeira saga.

Infância faminta

Caio nasceu em São Luís, Maranhão, resquício de feudo nordestino que até hoje apresenta os piores índices sociais do Brasil. Seu pai, Alexandre Herculanio, era filho de um nobre português dono de fazendas. A mãe, Hortência, era uma índia arredia. O avô não aceitou a miscigenação de duas etnias que considerava incompatíveis e terminou deserdando Alexandre, expulsando-o de casa. Quando o menino nasceu, em 1931, já havia 12 irmãos o esperando para que juntos passassem fome, enfrentando as privações como fosse possível. O pai, para tentar manter a família enorme, trabalhava como cobrador de impostos, taxas dispensadas com frequência quando ele percebia que as pessoas não tinham como pagar. Sensível, notou que o filho mais novo possuía um brilho diferente dos outros e, mesmo sem recursos, passou a investir o pouco que tinha para vê-lo transformado em advogado de renome.

PÓS-GRADUAÇÃO IPOG
SUCESSO COMPROVADO EM 19 ESTADOS

Gestor e Auditor

Gestão & Auditoria em Sistemas de Saúde

PERÍCIA CRIMINAL & CIÊNCIAS FORENSES

INSCRIÇÕES ABERTAS | VAGAS LIMITADAS | AULAS EM UM FINAL DE SEMANA POR MÊS

ESPECIALIZANDO VENCEDORES

VALORES DIFERENCIADOS PARA ASSOCIADOS

APÓIO:

IPOG 10 ANOS

CRA-BA CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA

coelba Grupo Neoenergia

cetrel Compromisso com o Futuro

CRF BA Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia

SINPSUBA Sindicato dos(as) Psicólogos(as) do Estado da Bahia

Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial: cenário baiano



O Governo Federal, por meio da Medida Provisória Nº111/2003, convertida na lei nº 10.678/03, criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR com status de Ministério, e instituiu a **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Considerada a primeira resposta efetiva oferecida por um governo a uma antiga reivindicação do Movimento Negro, no sentido de implementação de uma política específica, foi baseada, dentre outros instrumentos, na Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação (ONU, 1965) e no Plano de Ação de Durban, produto da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida na cidade de Durban – África do Sul, em 2001.

Trata-se de uma política transversal e intersetorial que mobiliza, além dos diversos órgãos públicos, a sociedade civil e o setor empresarial. Sendo assim, foi elaborada baseada em seis linhas de ação, a saber: Implementação de um modelo de gestão da política de promoção da igualdade racial, com a preocupação de capacitar gestoras(es) e lideranças de movimentos sociais e fortalecimento institucional da política e aperfeiçoamento dos marcos legais; Apoio às comunidades remanescentes de quilombos, visando o desenvolvimento das comunidades; Ações Afirmativas, referente ao incentivo à adoção de ações afirmativas por empresas e universidades; Desenvolvimento e inclusão social, buscando introduzir o recorte racial nos programas governamentais; Relações Internacionais, de modo a estimular aproximação com países africanos e/ou com países de alto contingente populacional afrodescendente; e, por fim, a Produção de Conhecimento.

Para além das ações vinculadas diretamente a SEPPPIR, outras ações e programas ressaltam o caráter intersetorial da política, por exemplo:

A Cor da Cultura - projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira por meio de programas audiovisuais. Parceria entre o Ministério da Educação e Cultura, Fundação Cultural Palmares, Canal Futura, Petrobrás e Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN). Iniciado em 2004, o projeto está apoiado na Lei 10.639/03, que estabelece o ensino da história da África e das(os) negras(os) nas escolas brasileiras;

Saúde da População Negra - Em 2009, através da Portaria nº992, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Entre as dire-

trizes da Portaria estão a inclusão dos temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente das(os) trabalhadoras(es) da saúde e no exercício do controle social da saúde; e o reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados por religiões de matrizes africanas;

Planseq Afro-descendente – Plano Setorial de Qualificação, uma ação do Ministério do Trabalho e Emprego, que oferece a oportunidade de qualificação para o exercício de profissões, a aprendizagem dos princípios de segurança no trabalho e noções de cidadania;

PIBIC Ações Afirmativas – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O Ministério da Ciência e Tecnologia, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), assinou, em 2009, um acordo de cooperação com a SEPPPIR para a distribuição de bolsas a alunas(os) que entraram nas universidades públicas através do sistema de ações afirmativas.

Na Bahia, a **I Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial** foi realizada em Salvador, no ano de 2005, com o tema central “Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial”, tendo como objetivos: **I** - refletir sobre a realidade baiana e brasileira, do ponto de vista da sociedade e da estrutura do Estado, considerando os mecanismos de reprodução da discriminação, do racismo e das desigualdades raciais; **II** - avaliar as ações e políticas públicas desenvolvidas para a promoção da igualdade racial nas três instâncias de governo, bem como o cumprimento dos compromissos internacionais; **III** - propor diretrizes para a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Étnica, considerando a perspectiva de gênero, cultura e religião.

A Conferência contou com a participação de 300 delegadas(os), representando a sociedade civil e o poder público, além da participação de convidadas(os) e observadoras(es), e resultou na aprovação de propostas para as seguintes áreas: Trabalho e Desenvolvimento Econômico da População Negra; Educação; Saúde; Diversidade Cultural; Defesa Social e Direitos Humanos; Comunidades Remanescentes de Quilombos - Brasil Quilombola; População Indígena; Juventude Negra; Mulher Negra; Religiões de Matriz Africana / Comunidades de Terreiros; Fortalecimento das Organizações Anti-Racismo; Política Internacional. Também foram lançadas propostas para o **Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial**.

Diante deste panorama, a equipe do CREPOP-03, sob orientação da Coordenação Nacional do órgão, realizou pesquisa sobre atuação de psicólogos/os nas Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Bahia, em 2011. Salienta-se que, por ser considerada uma área emergente no campo das políticas públicas, e como campo de atuação para a Psicologia, realizou-se uma pesquisa documental através do levantamento dos marcos lógico-legais e sites oficiais governamentais, bem como o mapeamento da atuação de psicólogos/os, a partir de informações coletadas através dos serviços vinculados à política.

Para realização da pesquisa, utilizou-se como recorte cidades com mais de 60 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescentando localidades citadas na lista de organismos do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR) de 2010 e no relatório da I Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Descrição das políticas públicas de Promoção da Igualdade Racial na Bahia

Das 55 cidades pesquisadas, foram identificadas 07 Secretarias, 02 Superintendências, 09 Coordenadorias, 03 Departamentos, 02 diretorias municipais diretamente relacionadas à política, além de 16 Secretarias (entre elas: assistência social, educação, justiça e saúde) que realizam ações pautadas na política de Promoção da Igualdade Racial.

Nesse cenário, no que tange à execução da política, destacam-se os municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, São Francisco do Conde, Feira de Santana, Alagoinhas, Cruz das Almas, Serrinha, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Jacobina, Vitória da Conquista, Irecê, Seabra, Porto Seguro, Souto Soares e Anagé. Outras cidades desenvolvem ações pontuais, vinculadas às datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra (20 de novembro)

No interior, as principais ações estão voltadas para a realização de eventos (palestras, debates, seminários, passeatas e incentivo às manifestações culturais). Além disso, foi identificada, em diversos municípios, a capacitação de professoras(es) e gestoras(es) sobre a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (18); a inserção na educação regular de conteúdos sobre a história e cultura africana (13); ações preservação de comunidades quilombolas (12); a presença de Centros de Referência da Assistência Social Quilombola (07); Núcleos de estudo sobre africanidades (03); atendimento psicológico e jurídico através do Núcleo de Direitos Humanos (02); ações de promoção e inclusão dos povos indígenas (01) e programas para educação da população Quilombola (01).

Na capital e região metropolitana, além das mesmas atividades identificadas no interior, destaca-se a existência de programas e ações voltadas para garantia de emprego e capacitação da população negra, grupo de estudo sobre a saúde da população negra e o estabelecimento de um espaço para denúncia de discriminações raciais – o Observatório da Discriminação Racial, localizado na Estação da Lapa, Centro.

Alguns exemplos de ações que ocorrem na capital, desenvolvidas a partir da Secretaria Municipal da Reparação (Semur):

- Semur nos bairros: visita aos bairros periféricos, com maior presença de afrodescendentes, para atender demandas de políticas públicas;
- Observatório Racial: objetiva o mapeamento e a reparação de ações de discriminação racial, de gênero e homofóbicas.
- Combate ao Racismo Institucional: capacitação de gestoras(es) para a promoção da igualdade racial fruto da parceria entre o Ministério da Saúde (MS), o Ministério Público Federal (MPF), a SEPPPIR, entre outros;
- Revitalização dos Terreiros: manutenção físico-estruturais de terreiros. Convênio do Ministério da Cultura, através da Fundação Cultural Palmares/Ba e Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR.
- Passaporte para o futuro: projeto de formação de jovens afrodescendentes nas áreas de mecânica de automóveis e manutenção de computadores, com o apoio do Instituto Cooperferte, FIEB/SENAI, do Bloco Afro Ilê Aiyê e da Associação Desportiva Flamengo.
- GT Saúde da população negra: Através de pesquisas, debates e diagnósticos, o GT vem dando uma maior atenção à prevenção e tratamento das doenças com maior incidência na população negra.
- Apoio à permanência de cotistas: o projeto, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), prevê fornecimento de bolsa-auxílio, além de acompanhamento sócio-educacional para alunas(os) que ingressaram na universidade via cotas.

Por sua vez, a Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial-Ba (SEPPROMI) conta com as seguintes Coordenações: Política para as Comunidades Quilombolas, que presta assistência jurídica às Comunidades Quilombolas; dá apoio à regularização fundiária; certifica as Comunidades; propõe a Política Estadual para as Comunidades Quilombolas; e possui informações sobre Quilombos. Promoção de Políticas Intersetoriais nas áreas da saúde, trabalho e educação. Promoção e Defesa dos Direitos, relativos à liberdade religiosa; justiça, segurança pública e outros. Na estrutura da SEPPROMI existe ainda o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) com finalidade consultiva e articuladora entre o poder público e a comunidade negra.

Dentre os resultados encontrados destaca-se, ainda, a identificação de núcleos, centros

de estudo e pesquisa, alguns ligados a universidades federais e estaduais, com atividade de estudo e produção de conhecimento sobre a diversidade étnico-cultural. As instituições identificadas foram:

- Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO-UFBA);
- Pós Afro - Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos /UFBA;
- Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos (CEPAIA/UNEB);
- Núcleo de Estudos Sobre História e Culturas Afro-Brasileira e Africana- Secretaria Municipal da Educação de Jequié/BA;
- Núcleo de Promoção da Igualdade – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Vitória da Conquista/BA;
- Núcleo de Religiões de Matriz Africana da Polícia Militar da Bahia (PM/BA);

Em relação à Psicologia, foram identificadas(os) 59 profissionais atuando na perspectiva da promoção da igualdade racial, nos setores:

- Assistência Social: vinculadas/os ao Centro de Referência da Assistência Social- CRAS, na capital (18) e no interior (27);
- Educação: em escolas estaduais no interior (02) e centros de pesquisa na capital (01);
- Saúde: somente na capital, no GT Saúde da População Negra (04) e no Comitê Técnico de Saúde da População Negra (03), da Secretaria Municipal de Saúde;
- Justiça: atuação ligada aos Núcleos de Direitos Humanos, no interior (01) e na capital (01), bem como no Ministério Público, em Salvador (01);
- Reparação: no Observatório da Discriminação Racial, somente na capital (01).

Em relação às equipes, a partir do contato com os serviços, identificou-se que ainda há uma indefinição referente à especificidade da atuação nesta temática. Muitas(os) das(os) profissionais, apesar de realizarem atividades propostas na política, não visualizam o seu fazer como contemplando a proposta nacional de promoção da igualdade racial. A atuação é vista como fazendo parte da rotina de trabalho, considerando apenas a realidade da população usuária do serviço que é, na sua maioria, afrodescendente.

Através da pesquisa realizada, percebe-se que o estado da Bahia, em termos de estruturação das políticas de promoção da igualdade racial, procura atender a diretriz referente à intersetorialidade e transversalidade das ações, havendo a contribuição da sociedade civil no incentivo e implementação destas.

Por outro lado, o número de ações efetivamente relacionadas à política ainda é pequeno, considerando o número de municípios e de população afrodescendente no estado, e diversas ações estão concentradas em Salvador e Região Metropolitana. Destaca-se também a possibilidade das(os) profissionais desconhecem a política e a importância da sua prática para promoção da equidade racial, por atuarem de modo automático, de acordo com a rotina do serviço.

Nesta pesquisa não foi possível fazer uma avaliação da implementação e eficácia da política e dos serviços governamentais, bem como das ações realizadas pelo terceiro setor, o que nos traria informações relevantes sobre o cenário atual.

Em 2012, porém, haverá uma atualização da pesquisa nesta direção. Além disso, está prevista para este ano a consulta pública do Documento de Referência Técnica para Atuação nas Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Participe!

Referências:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/111.htm
- <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/discrimina/lex81.htm>
- http://www.inesc.org.br/biblioteca/legislacao/Declaracao_Durban.pdf/view
- http://www.adesol.org.br/site/arquivos/proposta_cap_EDA.pdf
- <http://www.seppromi.ba.gov.br/>
- <http://www.seppir.gov.br/>
- <http://www.ceafro.ufba.br/web/>
- <http://www.ceao.ufba.br/2007/>
- www.uneb.br/cepaia/
- <http://www.pmcv.ba.gov.br/v1/noticia/8153/mes-da-consciencia-negra-sera-celebrado-em-vitoria-da-conquista-com-programacao-especial.html>
- <http://www.reparacao.salvador.ba.gov.br/>
- http://www.jequie.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=707:jequie-celebra-o-dia-da-consciencia-negra-na-praca-&catid=36:sala-de-imprensa&Itemid=64

A atuação profissional com foco nos direitos humanos

HELENA MIRANDA*

A preocupação com a temática dos direitos humanos dentro do Sistema Conselhos de Psicologia não é recente. Desde o início da década de 90 vêm sendo pensadas, discutidas e desenvolvidas ações que buscam alinhar a atuação dos CRP's a este propósito. Não é por acaso, portanto, que este tema vem sendo constantemente pautado no planejamento estratégico do CRP-03 (plano de ação integrado das Comissões e GT's do Conselho) no intento de dar subsídios para uma atuação profissional mais ética e de oferecer um serviço de melhor qualidade para a sociedade.

Podemos, de forma simbólica demarcar o início desse processo com a concepção e implementação das Comissões de Direitos Humanos (a partir da Resolução do CFP nº 011/98) em cada regional dentro do Sistema Conselhos de Psicologia. No âmbito do funcionamento dos Conselhos, o objetivo dessas Comissões versa não apenas sobre a reflexão acerca dos direitos humanos – o que é inerente à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia –, mas também sobre as possíveis intervenções, por parte dos Conselhos, nas situações onde existam violações dos direitos humanos que produzam sofrimento mental.

Também para a categoria, a importância de as(os) psicólogas(os) atuarem na profissão de modo alinhado às noções de direitos humanos é óbvia e direta. Encontra-se, inclusive, muito bem demarcada no nosso Código de Ética Profissional, tanto nos princípios fundamentais quanto em seus diversos artigos. Outras Resoluções também trazem esta orientação:

A Resolução do CFP nº 010/2010 que "institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção" atesta que a escuta de crianças e de adolescentes deve ser fundamentada no princípio da proteção integral e que o sigilo deverá estar a serviço da garantia dos direitos humanos.

A Resolução do CFP nº 009/2010 que "regulamenta a atuação do psicólogo no sistema prisional" preconiza que a(o) psicóloga(o) deverá respeitar e promover os direitos humanos dos sujeitos em privação de liberdade.

A Resolução do CFP nº 001/99 que "estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual" afirma que a forma como cada um vive a sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade. Desse modo, caberá à (ao) psicóloga(o) contribuir para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas. Fazer valer esta Resolução implica, portanto, em uma atuação profissional pautada nos direitos humanos.

Recentemente foi editada a Resolução do CFP nº 005/2012 que altera a Resolução do CFP nº 002/2003 que "define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos". Esta normativa atesta que "os(as) psicólogos(as) não poderão elaborar, validar, traduzir, normatizar, comercializar e fomentar instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou

reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos", nem mesmo poderão se propor a "normatizar a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de castigo, tortura ou qualquer forma de violência". Desse modo, os testes psicológicos, para que possam ser reconhecidos como testes em condições de uso, deverão atender a requisitos éticos e de defesa dos direitos humanos, considerando, inclusive, as fases do desenvolvimento humano, as configurações familiares, a conjugalidade, a sexualidade e a intimidade como construções sociais, históricas e culturais.

O que essas Resoluções nos sinalizam? E por que temos a obrigação de, enquanto psicólogos(as), alinharmos a nossa atuação a essas normativas?

Não há como se propor a tratar do humano sem que se procure respeitar os seus direitos enquanto seres humanos: direito à vida, à igualdade, à liberdade, ao livre exercício da sexualidade, à livre associação política e religiosa, etc. E isso implica em assumir uma postura profissional ética diante desse sujeito e de sua subjetividade. Essa atitude também alude a um grande exercício de cidadania, pois não é possível um profissional ético se não existe antes um cidadão ético, responsável em relação a suas ações. É este propósito que deve pautar o trabalho de todos as(os) psicólogos(as) junto à sociedade e às (aos) às usuária(o)s dos seus serviços.

HELENA MIRANDA É Psicóloga Orientadora Fiscal (CRP-03/5055) COF

Ética e Direitos Humanos

Com tantos acontecimentos cruéis na vida em sociedade, as pessoas começam a implorar e buscar pela ética. Esta busca incessante se traduz na necessidade do ser humano desfrutar de uma qualidade de vida digna e do respeito mútuo, observando o princípio da igualdade, promovendo o bem de toda(o)s, sem nenhuma forma de preconceito ou discriminação.

A ética é modificada de acordo com os valores, pensamentos e costumes de um povo, buscando justificar a boa maneira de viver dentro do pensamento humano. Pontua o que é correto a se fazer, observando determinada cultura. Mesmo enxergando que necessitamos urgentemente dela, surge a pergunta: Quando estamos sendo ético(s)? E quando estamos usando os direitos humanos dentro da ética?

Para entendermos um pouco é necessário pontuar o que é ética, o que são os direitos humanos e como os dois podem caminhar juntos.

Conforme o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, ÉTICA é "o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto".

E o que são os direitos humanos? "... são os direitos e liberdades básicos de todos os seres humanos. Normalmente o conceito de direitos humanos tem a ideia também de liberdade de pensamento e de expressão, e

a igualdade perante a lei." Segundo o Artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas "todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade".

Assim, é indispensável ressaltar que a ética e os direitos humanos estão intrinsecamente ligados, uma vez que o primeiro serve como reflexão sobre o que é correto ou incorreto, justo ou injusto, buscando orientar as ações humanas, apontando para a construção de uma postura íntegra para o indivíduo, para que este haja com coerência na perspectiva de efetivação do segundo.

Logo, dúvidas não remanescem que os dois caminham juntos, mostrando que a formação e comportamentos éticos são cruciais para concretizar os direitos humanos, evidenciando a importância do inciso I do Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o), no qual estabelece que a(o) psicóloga(o) baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integração do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É nesta perspectiva que o Sistema Conselhos tem planejado e executado diversas ações junto à sociedade brasileira, por entender que a transformação social só torna possível quando o direito e a cidadania são preservados. Em qualquer que seja a área da Psicologia é preciso ver

a pessoa por "inteiro" respeitando sua individualidade/ subjetividade dentro do contexto apresentado.

Consultas:

Constituição Federal de 1988
Código de Ética Profissional do Psicólogo
Declaração Universal dos Direitos Humanos
<http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei18.htm>
http://www.suapesquisa.com/o_que_e/etica_conceito.htm
<http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89tica>
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832003000100015&script=sci_arttext
http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_humanos



Este livro tem o objetivo de refletir sobre o papel dos conflitos interpessoais no âmbito escolar em uma visão construtivista e as atuações da(o)s educadora(s) que favoreçam a formação de aluna(o)s autônoma(o)s, propondo como foco a fase da adolescência, com suas especificidades e particularidades.
Fonte: <http://www.mercado-de-letras.com.br>

Editora: Mercado de Letras
Edição: 1ª edição-2009
Nº de Páginas: 128
Autor: Vanessa Fagionatto Vicentin
Média de preço: R\$ 36

A psicóloga Luciana Dias (CRP-03/01931) indica o livro "E quando chega a adolescência: uma reflexão sobre o papel do educador na resolução de conflitos entre adolescentes".



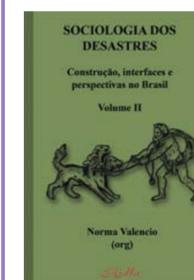
Disponíveis na biblioteca do CRP-03



Direitos do morador de rua: um guia na luta pela dignidade e cidadania

Autor: Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG)
Ano: 2011
Número de páginas: 76
Doação: MP-MG

Quantidade: 03 exemplares na biblioteca para consulta



Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil

Autor: Norma Valencio
Ano: 2010
Número de páginas: 238
Doação: Conselho Federal de Psicologia

Quantidade: 01 exemplar na biblioteca para consulta



Sobre drogas e redução de danos: o cotidiano dos profissionais de saúde no programa +Vida do Recife

Autor: Juliana Lins (Org.)
Ano: 2010
Número de páginas: 191
Doação: Grupo de Estudos sobre Álcool e Drogas da Universidade Federal de Pernambuco (GEAD/UFPE)

Quantidade: 01 exemplar na biblioteca



Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica.

Autor: Ministério da Saúde
Ano: 2011
Número de páginas: 124
Doação: Ministério da Saúde

Quantidade: 02 exemplar na biblioteca para consulta



Implementação do direito à saúde no Brasil

Autor: Ministério da Saúde
Ano: 2010
Número de páginas: 76
Doação: Ministério da Saúde

Quantidade: 03 exemplares na biblioteca

Obra menciona direito à saúde no sistema prisional, para as pessoas portadoras de deficiência, refugiados, asilados, dentre outros.

2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia

A 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia é parte das comemorações dos 50 anos da Psicologia como profissão no Brasil e acontecerá entre 20 e 22 de setembro de 2012, no Anhembi, em São Paulo-SP. A inscrição para o evento é gratuita. Acesse o site: <http://mostra.cfp.org.br/> e leia mais sobre o evento.



I Congresso da Associação Latinoamericana pela Formação e Ensino em Psicologia

Com o tema "Por uma Formação de Psicólogos e Psicólogas com Compromisso Social", o I Congresso da Associação Latinoamericana pela Formação e Ensino em Psicologia (ALFEPSI), acontecerá de 03 a 05 de outubro de 2012, na Universidade Latina de Panamá. Saiba mais em: www.alfepsi.org.



X Congreso Internacional Psicología Social de La Liberación 2012

Ocorrerá na Colômbia, o X Congreso Internacional Psicología Social de La Liberación 2012, agendado para 15, 16 e 17 de novembro deste ano. Informações: <http://www.catedralibremartinbaro.org/>.



Todos os Psicólogos da Bahia merecem um plano de saúde de qualidade.

Prezado(a) Psicólogo(a),

É com grande satisfação que o CRP-03 - Conselho Regional de Psicologia da Bahia e o CACSS - Administradora de Benefícios, firmaram uma parceria para oferecer o Plano de Saúde da SEGUROS UNIMED, sinônimo de excelência e tecnologia em saúde, para os registrados e seus dependentes.

O objetivo é levar a todos os beneficiários uma prestação de serviço de qualidade, com planos de saúde de **abrangência nacional**, carências reduzidas e preços menores aos praticados no mercado.

Um trabalho pioneiro que o CACSS - Administradora de Benefícios realiza com responsabilidade junto a diversas associações, conselhos, sindicatos e cooperativas já conveniados.

ANS nº 000701

SEGUROS
Unimed

Cuidado inspirado em você.

ANS nº 487891



Além do Plano de Saúde, os beneficiários terão direito a diversos benefícios adicionais sem custo:

SEA - Seguro de Extensão Assistencial: Garante aos dependentes segurados, no caso de falecimento do Segurado Principal, a continuidade no plano por dois anos, sem pagamento das mensalidades;

Unimed Assist: Prevê a assistência aos Segurados quando em viagem pelo Brasil ou exterior; Procedimentos nos casos de perda/roubo de documentos; Transporte por interrupção da viagem devido ao falecimento de um familiar; Busca e transporte de bagagem e objetos pessoais perdidos em viagem; Importância segurada, de U\$5.000 a €30.000 no Brasil e no exterior.

Aconselhamento Médico por telefone 24h: Aconselhamento de profissionais treinados e preparados em situações relacionadas à saúde, tais como: Primeiros socorros; Controle de pânico frente a uma emergência médica; Aconselhamento médico de situações cotidianas;

Garantia Funeral: Garante serviços de assistência 24 horas e reembolso de R\$1.500 a R\$3.000 em caso de falecimento do segurado principal, cônjuge e filhos;

Assistência residencial: Os serviços incluem atendimento rápido e seguro em emergências, com mão-de-obra gratuita (dentro dos limites contratados) para a prestação de serviços altamente qualificados;

Atendimento Pré-Hospitalar- APH: Atendimento pré-hospitalar domiciliar, que é o atendimento médico de emergência / urgências na residência do Segurado, através de ambulâncias modernamente equipadas, e equipes médicas seguindo protocolos internacionais.

Desconto em Medicamentos - E-Pharma: O programa permite a todos os segurados, a compra de medicamentos de alta qualidade com desconto de 15% a 60% em mais de 1200 medicamentos de marca ou genéricos; Abrangência nacional.

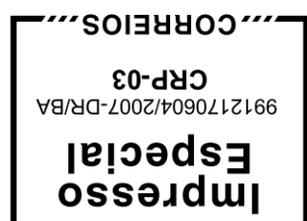
Hospitais Credenciados em Salvador:

São Rafael, Português, Jorge Valente, Santo Amaro (Fundação José Silveira), Salvador, Hospital Cardio Pulmonar Serviços Médicos, Aliança e Espanhol.

A Seguros Unimed também disponibiliza mais de 3000 hospitais de alto nível em todo o país. Entre eles estão o INCOR, Sírio Libanês, Albert Einstein. Confira o que cada plano oferece na sua cidade.

Para aderir ao plano ou obter mais informações, acesse o site <http://www.crp03.org.br> ou ligue:

(71) 3498-5225
socialmedicsaude@gmail.com



REMETENTE
Conselho Regional de
Psicologia da 3ª Região
Rua Aristides Novis, 27, Federação
40210-630 - Salvador - BA